

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - DPG/SRLI/SRLI/DCC/SRLI/DCC/SC**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2024**

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, ÓRGÃO GERENCIADOR do Registro de Preços – Planejamento nº 266/2024, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da(s) beneficiária(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, atendendo as condições estabelecidas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às determinações contidas na Lei Federal nº.14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº.48.779, de 23 de fevereiro de 2024 e as demais normas legais correlatas, em conformidades com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Órgão Gerenciador: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Endereço: Rua dos Guajajaras, nº 1707, bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG. CEP: 30180-099

CNPJ/MF: 05.599.094/0001-80

Representante Legal: Defensora Pública-Geral, Dra. RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS, MADEP 0472

Beneficiário dos Lotes 01 e 02: GLOBAL DISTRIBUICAO E SERVICOS LTDA - EPP

Endereço: AVENIDA JOSE AFONSO FERNANDES, 607, CENTRO, NOVA UNIAO, MG, CEP: 34.990-000

CNPJ/MF: 28.429.720/0001-96

Representante Legal: CARLA CRISTINA MOREIRA SANTOS

CPF/MF: <***.946.876-***>

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto estabelecer as condições que disciplinarão o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de ferragens e afins, mediante contrato ou documento equivalente, conforme especificações e condições previstas no edital e seus anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os valores a serem pagos aos beneficiários serão apurados de acordo com os preços unitários registrados nesta Ata de Registro de Preços:

LOTE 01							
Item	Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quant.	Marca	Preço Unit.	Preço Total

1	178802	DOBRADIÇA - EM AÇO, ACABAMENTO CROMADO , DOBRÁVEL, MEDIDA 3 1/2 POLEGADAS	UNID	500	UNIÃO MUNDIAL	R\$8,00	R\$4.000,00
2	228710	BUCHA PARA FIXACAO - TIPO: S; MATERIA-PRIMA: NYLON; MEDIDAS: NUMERO 06	UNID	1.000	SFORPLAST	R\$0,08	R\$80,00
3	992879	BROCA - VIDEA, SDS PLUS, PONTA DE METAL DURO; ACO RAPIDO; 6MM; 160MM; CONCRETO E ALVENARIA	UNID	300	HTOM	R\$10,00	R\$3.000,00
4	1012304	BROCA - TIPO: HASTE HELICOIDAL; MATERIA-PRIMA: ACO RAPIDO; DIAMETRO CORTE: 1/8 POLEGADA; COMPRIMENTO: 70MM; CORTE: ACO/FERRO;	UNID	200	MTX	R\$5,00	R\$1.000,00
5	1076388	LAMINA DE SERRA MANUAL - RIGIDA; ACO RAPIDO; 12 POLEGADAS LAMINA DE SERRA MANUAL - RIGIDA; ACO RAPIDO; 12 POLEGADAS	UNID	100	ROCAST	R\$11,00	R\$1.100,00

6	1395424	SERRA-COPO - MATERIA PRIMA: ACO RAPIDO DIAMANTADO; MEDIDAS: 40MM; COMPONENTES: HASTE GUIA, HASTE PRINCIPAL FIXA DE 150MM;	UNID	20	CORTAG	R\$120,00	R\$2.400,00
7	357669	PREGO - MATERIA-PRIMA: ACO CARBONO; TAMANHO: 12 X 12; CABECA: COM CABECA; ACABAMENTO: POLIDO;	PACOTE DE 1 KG	200	ARCELOR MITTAL	R\$27,00	R\$5.400,00
8	89362	BUCHA PARA FIXACAO - S; NYLON; NUMERO 10	UNID	3.000	SFORPLAST	R\$0,20	R\$600,00
9	228850	BUCHA PARA FIXACAO - S; NYLON; NUMERO 08	UNID	3.000	SFORPLAST	R\$0,15	R\$450,00
10	256005	FERROLHO - MATERIA-PRIMA: FERRO GALVANIZADO; TAMANHO: 3 POLEGADAS;	UNID	80	FCA	R\$4,00	R\$320,00
11	420204	REBITE - ALUMINIO; 3,2 X 16MM; TUBULAR; REPUXO	UNID	100.000	WFA	R\$0,06	R\$6.000,00
12	464422	BITS - MATERIA PRIMA: ACO S2 TEMPERADO; TIPO: PHILIPS PH1 , ENCAIXE SEXTAVADO 1/4"; FERRAMENTA: ELETRICA; MEDIDAS: 50MM	UNID	100	STA	R\$20,00	R\$2.000,00

13	663921	DISCO DE CORTE - MATERIA-PRIMA: ACO DIAMANTADO; MEDIDAS: 110MM; APLICACAO: CERAMICA	UNID	50	QUARTZOLIT	R\$17,74	R\$887,00
14	719765	TALHADEIRA - MATERIA-PRIMA: ACO TEMPERADO; TIPO: CHATA; MEDIDAS: 35MM X 330MM; EMPUNHADURA: SEM EMPUNHADURA;	UNID	10	PACETTA	R\$21,97	R\$219,70
15	890413	TALHADEIRA - MATERIA-PRIMA: ACO FORJADO; TIPO: CONVENCIONAL; MEDIDAS: 5/8 X 12 POLEGADAS; EMPUNHADURA: COM EMPUNHADURA EM PVC;	UNID	10	TRAMONTINA	R\$90,00	R\$900,00
16	992895	BROCA - VIDEA, SDS PLUS, PONTA DE METAL DURO; ACO RAPIDO; 8MM; 160MM; CONCRETO E ALVENARIA	UNID	200	HTOM	R\$15,00	R\$3.000,00

17	1323008	PONTAS PARA MARTELETES - TIPO: TALHADEIRA PARA MARTELO DEMOLIDOR; MEDIDAS: 400MM (COMP.)X 80MM (LARG.); ENCAIXE: 28,6 MM (ESPESSURA) COM ENCAIXE SEXTAVADO; MATERIA-PRIMA: ACO;	UNID	5	BOSH	R\$140,70	R\$703,50
18	1372459	PONTAS PARA MARTELETES - TIPO: TALHADEIRA AUTO AFIAVEL; MEDIDAS: 20X250 MILÍMETROS; ENCAIXE: SDS PLUS; MATERIA-PRIMA: ACO;	UNID	40	BOSH	R\$35,00	R\$1.400,00
19	1390490	TRINCO PARA PORTA - MATERIA-PRIMA: FERRO, 5 POLEGADAS; TIPO: FERROLHO; APLICAÇÃO: RESIDENCIAL; (FERROLHO)	UNID	20	FCA	R\$5,00	R\$100,00
20	1395416	SERRA-COPO - MATERIA PRIMA: ACO TEMPERADO COM ENCRUSTACOES DE DIAMANTE; MEDIDAS: 25MM; COMPONENTES: BROCA DIAMANTADA COM HASTE DE 150MM E COM GUIA;	UNID	20	CORTAG	R\$90,00	R\$1.800,00

21	1443062	FECHADURA - AÇO, COR PRETA , TIPO: CILINDRICO TUBULAR 90MM COM CHAVE E BOTÃO DE GIRAR PARA PORTA DIVISÓRIA	UNID	500	SOPRANO	R\$69,00	R\$34.500,00
22	1538454	SERRA-COPO - MATERIA PRIMA: LIGA BIMETALICA; MEDIDAS: 2.3/8 POLEGADAS (60MM); COMPONENTES: DENTES FABRICADOS EM ACO RAPIDO;	UNID	20	VONDER	R\$79,99	R\$1.599,80
23	1603078	BROCA - TIPO: VÍDEA EXTRALONGA; MATERIA-PRIMA: ACO CARBONO; CORTE DE DIÂMETRO: 12 MM; COMPRIMENTO: 400 MM; CORTE: CONCRETO E ALVENARIA;	UNID	60	ROCAST	R\$32,00	R\$1.920,00
24	1604880	DISCO DE SERRA - ACO; 7.1/4" / 184MM; 20MM; COM ANEL REDUTOR; 60 DENTES EM METAL DURO DE ALTA RESISTENCIA; FINALIDADE MADEIRAS	UNID	50	VONDER	R\$105,60	R\$5.280,00

25	1606220	FECHADURA – AÇO CROMADO , TIPO: CILINDRICO TUBULAR 90MM COM CHAVE E BOTÃO DE GIRAR PARA PORTA DIVISÓRIA	UNID	500	SOPRANO	R\$69,00	R\$34.500,00
26	1932233	SERRA-COPO - MATERIA PRIMA: ACO CARBONO; MEDIDAS: 54 MM / 2.1/8 POLEGADAS; COMPONENTES: BROCA GUIA, P/ USO EM FURADEIRA DE PARAFUSADEIRA;	UNID	20	VONDER	R\$82,00	R\$1.640,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01							R\$114.800,00

LOTE 02							
Item	Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quant.	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1613804	PARAFUSO COM FENDA - ACO BICROMATIZADO; CHATA PHILIPS; ATARRAXANTE, PARA MDF; 4,0 X 30MM	UNID	75.000	JOMARCA	R\$0,10	R\$7.500,00
2	1613944	PARAFUSO COM FENDA - ACO BICROMATIZADO; CHATA PHILIPS; ROSCA ATARRAXANTE, PARA MDF; 4,0 X 40MM	CAIXA 100 UNID	750	JOMARCA	R\$9,00	R\$6.750,00

3	1881787	JOGO DE PONTAS PARA PARAFUSADEIRA - NÚMERO DE PECAS: 43 PECAS; TIPO DA PONTA: PHILLIPS, POZIDRIV, FENDA, ALLEN, TORK; MATERIA-PRIMA: ACO;	JOGO 1,00 JOGO	40	VONDER	R\$108,75	R\$4.350,00
4	1539280	BITS - MATERIA PRIMA: ACO S2 TEMPERADO; TIPO: CABECA PHILIPS PH2 , ENCAIXE SEXTAVADO 1/4"; FERRAMENTA: ELETRICA; MEDIDAS: 25MM;	UNID	100	GEDORE	R\$8,11	R\$811,00
5	1539310	BITS - MATERIA PRIMA: ACO S2 TEMPERADO; TIPO: CABECA FENDA 5,5 -ENCAIXE SEXTAVADO 1/4"; FERRAMENTA: ELETRICA; MEDIDAS: 25MM;	UNID	100	BOSH	R\$7,25	R\$725,00
6	1932241	SERRA-COPO - MATERIA PRIMA: ACO RAPIDO DIAMANTADO; MEDIDAS: 80 MM DIAMETRO / ESPESSURA: 2,5MM; ALTURA: 8MM; COMPONENTES: HASTE E PINO GUIA;	UNID	20	ROCAST	R\$219,40	R\$4.388,00
7	1533436	PARAFUSO PARA MADEIRA - ACO BICROMATIZADO; 4,0 X 16MM; CHATA PHILIPS, ROSCA ATARRAXANTE	CAIXA 500 UNID	150	JOMARCA	R\$21,84	R\$3.276,00

2.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento ou prestação de serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração Pública a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada.

2.3. Os quantitativos registrados são estimados e representam as previsões do Órgão para as compras durante o prazo de vigência deste instrumento.

2.4. A listagem de fornecedores do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, caso existente, consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

3.2. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais é a única participante do presente Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços, conforme disposto no item 1.4.6 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 1 (UM) ano, contado a partir da data de divulgação do PNCP, podendo ser prorrogado por igual período.

5.2. A ARP estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo ou valor registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

5.3. É admitida a prorrogação da ARP quando a proposta se mantiver vantajosa, e desde que:

5.3.1. A intenção da prorrogação seja manifestada no período de sua vigência;

5.3.2. O fornecedor manifeste sua concordância com a prorrogação;

5.3.3. A publicação de termo aditivo seja realizada nos moldes estabelecidos no art. 18 do Decreto nº 48.779, de 23/02/2024.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2. A ARP poderá ser alterada quando houver necessidade de fornecimento de produto de marca ou modelo diferente daquele originalmente registrado, por motivo ou fato superveniente à licitação devidamente demonstrado pelo fornecedor e, desde que o produto possua, comprovadamente, desempenho ou qualidade igual ou superior ao inicialmente registrado, sendo vedado o aumento do preço registrado.

6.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do preço registrado, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ARP para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 33 do Decreto nº 48.779, de 23/02/2024.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor solicitar ao órgão ou à entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, e o fornecedor continuará obrigado a cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei.

7.2.3. Na hipótese do cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do preço registrado, item 9.2, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ARP sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 33 do Decreto nº 48.779, de 23/02/2024.

CLÁUSULA OITAVA - DO REMANEJAMENTO

8.1. Não se aplica.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR DA ARP E

DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ARP sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 24 do Decreto n.º 48.779, de 23/02/2024; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.5. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.6. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, em determinada ARP, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.2.1. Por razão de interesse público;

9.2.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.2.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 23 e no § 4º do art. 24, ambos do Decreto n.º 48.779, de 23/02/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

10.1. A contratação com os fornecedores com preços registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Os instrumentos de que trata o item anterior serão assinados, aceitos ou retirados no prazo de validade da ata de registro de preços.

10.2. Os contratos decorrentes do SRP poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. As penalidades a serem aplicadas por descumprimento do pactuado na ARP e em relação às obrigações contratuais estão estabelecidas Termo de Referência.

11.2. É da competência órgão ou à entidade gerenciadora aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP, em relação a sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

11.2.1. Na hipótese de compras estaduais ou centralizadas, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá centralizar a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP para todos os participantes.

11.3. É da competência órgão ou à entidade participante do registro de preços aplicar, garantidos os

princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP, em relação a sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Ficam vinculados a esta Ata, independente de transcrição, o Termo de Referência e o edital de licitação, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

12.2. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no EDITAL e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, do Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

13.2. Por estarem justas e acertadas, firmam os partícipes o presente instrumento, em meio eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações de Minas Gerais.

Belo Horizonte.

RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS

Defensora Pública-Geral

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

CARLA CRISTINA MOREIRA SANTOS

Global Distribuição e Serviços LTDA - EPP



Documento assinado eletronicamente por **Carla Cristina Moreira Santos**, **Usuário Externo**, em 25/10/2024, às 17:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Newley Kopke**, **Assessora Jurídica**, em 29/10/2024, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias**, **Defensora Pública-Geral**, em 29/10/2024, às 11:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0378714** e o código CRC **D85FA788**.